



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIM

747/2018

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Procurador-Geral do Município de Belo Horizonte, senhor Tomaz de Aquino Resende pedido de envio do parecer da PGM sobre os aspectos legais e constitucionais do PL 577/2018. Durante a audiência pública do dia 20/06/2018, realizada através da Comissão de Legislação e Justiça, o procurador-geral adjunto do município, Marlus Keller Riani, afirmou ter elaborado o parecer em questão e ainda se comprometeu a enviar o mesmo a esta Casa. Considerando o lapso temporal de mais de 10 dias, solicitamos através deste instrumento que seja enviado o referido parecer.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2018.


Doorgal Andrada

Vereador

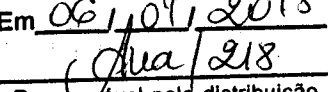

Pedro Lula Patrus

Vereador

Ao Senhor

Vereador Doorgal Andrada

Presidente da Comissão de Legislação e Justiça

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em 06/07/2018

Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 367/2017.

VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Irlan Melo, que “Dispõe sobre a consolidação municipal referente à acessibilidade, atendimentos preferenciais e direitos da pessoa com deficiência da cidade de Belo Horizonte”. A proposta foi justificada pelo autor na folha 45.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 49/122.

Consoante despacho de recebimento exarado pelo Exmo. Presidente da Câmara compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno, sobre:

a) Aspecto constitucional, legal e regimental dos projetos, salvo exceções regimentais;

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei determina a consolidação da legislação municipal relativa à acessibilidade, atendimentos preferenciais e direitos da pessoa com deficiência na cidade de Belo Horizonte, motivo pelo qual adentramos as considerações técnicas atinentes a esta comissão.

2.1 Da Iniciativa

Antes de adentrar o exame específico de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei, passo à análise da iniciativa legislativa para a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

matéria, aspecto que acaba por alcançar todos os outros anteriormente citados, em decorrência do princípio constitucional da separação harmônica de Poderes.

O art. 87, da Lei Orgânica do Município, prevê que *“a iniciativa de lei cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica”*. Em seguida, o mesmo diploma legal, enumera no seu art. 88 as matérias de iniciativa privativa da Mesa da Câmara e do Prefeito.

Pois bem. De imediato deve-se destacar que o projeto em análise, opõe óbice ao artigo 88, inciso II, alínea “d” da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH, que determina ser privativo do executivo *“a criação, organização e definição de atribuições de órgãos e entidades da administração pública, exceto as da Defensoria do Povo”*, apresentando, portanto, vício de iniciativa.

2.2 Da Constitucionalidade

O Projeto de Lei encontra amparo no art. 30, incisos I e II, da Constituição da República, que reserva ao Município a competência para *“legislar sobre assuntos de interesse local”*, bem como *“suplementar, a legislação federal e a estadual no que couber”*. No mesmo sentido a disciplina contida no art. 171, I, da Carta Mineira que, ao tratar da competência legislativa do Município, ratificou a sua competência para legislar *“sobre assuntos de interesse local”*.

Assim, do ponto de vista da constitucionalidade é adequado, não ferindo a Constituição da República e tampouco a Constituição do Estado de Minas Gerais.

2.3 Da Legalidade

A legalidade pressupõe ideia de submeter o poder de comando a obediência da lei, tornando objetivas as práticas dos administradores, de acordo com preceitos e princípios constitucionalmente estabelecidos e os deveres a serem impostos aos cidadãos, respeitado o princípio da isonomia. A legalidade pressupõe a redução e concordância de qualquer regra com as leis, legitimando os atos da administração pública.

O projeto de Lei nº 367/2017, apresenta obstáculos legais, pois disciplina matéria que já fora objeto de determinadas legislações, bem como fere o artigo 88 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte. Vejamos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Em âmbito federal, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, foi clara em dispor no seu artigo 5º, § 2º, os direitos das pessoas portadoras de deficiência de participarem de certames, destinando-lhes percentual máximo de reserva de vagas. Sendo assim, analisando o artigo 187 do referido projeto, verifica-se a falta de inovação legislativa, uma vez que este institui a reserva de vagas para pessoa com deficiência em concursos públicos.

Cabe salientar, que o Projeto de Lei nº 367/2017 não está em consonância com a Lei Orgânica do Município, tendo em vista que estabelece a concessão de isenção tributária, em seu artigo 206. Temos que a competência para legislar sobre esta matéria é privativa do executivo, conforme dispõe o artigo 88, inciso II, alínea “h”, da Lei Orgânica do Município.

Destaca-se ainda, que o referido projeto, em seus artigos 137 à 141, cria a Fundação Municipal de Apoio à Educação e Sociabilização do Deficiente—FAESD.

Temos, portanto, outro ponto em que é observada violação à Lei Orgânica, vez que a criação e atribuição de entidade da Administração Pública é de competência privada do executivo, conforme, já mencionado, consagra o artigo 88, inciso II, alínea “d” da Lei Orgânica do Município.

Logo, esta proposta de lei apresenta-se eivada de vícios legais, apresentando-se inócua na medida em que visa garantir matéria já disciplinada integralmente em legislações correlatas bem como violação à Lei Orgânica Municipal. Mormente esta iniciativa deve ser considerada ilegal no ordenamento jurídico no que tange sua criação e posterior aprovação pela edilidade.

Ainda em análise legal, vale ressaltar a juridicidade da proposta. A juridicidade diz respeito ao que está em consonância com a lei, obedecendo-lhe os preceitos e princípios orientadores. Deste modo, a juridicidade ultrapassa a legalidade, porque não comporta apenas o aspecto formal de criação da lei, e impõe a observância dos princípios e processos orientadores de um ordenamento jurídico.

Deste modo, devemos dizer que por vícios formais de iniciativa, haja vista as legislações citadas neste parecer, resta conclusivo ser inadequada a aprovação desta proposta como lei. Sendo assim, a proposta de lei do autor reveste-se de antijuridicidade vez que encontra restrições aos aspectos jurídicos do ordenamento legal vigente conforme apontado no parecer.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.4 Da Regimentalidade

Ultrapassadas as questões anteriores, o Projeto de Lei nº 367/2017 fora instruído corretamente de acordo com o Regimento Interno, no que diz respeito à regimentalidade não verifíco, portanto, vício capaz de impedir o prosseguimento da proposta.

3. CONCLUSÃO

Do exposto, manifesto-me pela Constitucionalidade, Ilegalidade e Regimentalidade do Projeto de Lei nº 367/2017.

Belo Horizonte, 28 de junho de 2018.


DOORGAL ANDRADA
Vereador PATRI
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM SEGUNDO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 442/2017

VOTO DO RELATOR

1 RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Executivo – Mensagem nº 22/2017, que, “Estabelece a autonomia das Unidades Municipais de Educação Infantil — Umeis transformando-as em Escolas Municipais de Educação Infantil — Emeis —, cria o cargo comissionado de Diretor de EMEI, as funções públicas comissionadas de Vice-Diretor de Emei e de Coordenador Pedagógico Geral, o cargo comissionado de Secretário Escolar, os cargos públicos de Bibliotecário Escolar e de Assistente Administrativo Educacional e dá outras providências.” A proposta foi justificada pelo autor em fls. 16/17.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas fls. 18/38.

Consoante despacho de recebimento exarado pelo Exmo. Presidente da Câmara compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, I, "a", do Regimento Interno, sobre:

- a) Aspecto constitucional, legal e regimental dos projetos, salvo exceções regimentais;

Ao ser encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça obteve parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

Quando da análise da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, o relator solicitou que o PL fosse baixado em diligência, a qual foi apresentada em 14/12/2017, e retornou sem resposta em 20/02/2018. Em 02/03/2018 prolatou parecer pela aprovação do Projeto de Lei, com apresentações de emendas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ao ser encaminhado à Comissão de Administração Pública, o relator solicitou que o PL fosse baixado em diligência, a qual foi apresentada em 05/03/2018, e retornou com resposta em 07/03/2018. Em 13/03/2018 prolatou parecer pela aprovação do Projeto de Lei.

Quando da análise da Comissão de Orçamentos e Finanças Públicas, o relator solicitou que o PL fosse baixado em diligência, a qual foi apresentada em 12/04/2018, e retornou com resposta em 08/05/2018. A comissão prolatou parecer pela aprovação do Projeto de Lei.

Na discussão e votação em primeiro turno, em 09/05/2018, a proposta fora aprovada.

Em 12/12/2017 fora publicado o substitutivo-emenda apresentado pelo Poder Executivo através da Mensagem nº 30, de 07/12/2017 ao Projeto de Lei 442/2017. No dia 06 de março de 2018 foram publicadas as emendas apresentadas pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, sendo emendas supressivas nº 2, 3 e 4, emenda aditiva nº 5 e as emendas modificativas nº 6, 7 e 8. O Vereador Gilson Reis apresentou as emendas de número 9 a 13. Na data de 07/05/2018 a emenda nº 14 foi publicada, sendo este novo substitutivo-emenda apresentado pelo Executivo através da Mensagem nº 8, de 04/05/2018. À emenda nº 1 foram apresentadas 6 subemendas pelo Vereador Gilson Reis entre as datas de 20/03/2018 a 06/04/2018. Ao substitutivo-emenda nº 14 foi apresentada a subemenda aditiva nº 1, pelo Poder Executivo, através da Mensagem nº 13, de 24/05/2018 e as subemendas 2 à 10, de autoria do Vereador Mateus Simões. Em 13/06/2018, foram apresentadas as subemendas 11 e 12 à emenda 14, de autoria do Vereador Edmar Branco.

Em 21/06/2018 fora publicado o substitutivo-emenda apresentado pelo Poder Executivo através da Mensagem nº 15, de 20/06/2018 ao Projeto de Lei 442/2017.

Em 29/06/2018, o Vereador Edmar Branco apresentou as subemendas 1 e 2 à Emenda 15 do Projeto de Lei 442/2017.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municipais e das Escolas Municipais de Educação Infantil — Emeis — da Rede Municipal de Educação...”

Por fim, a subemenda nº 10, retirou do artigo 31 a seguinte redação: “ou à função pública comissionada de Vice-Diretor de Emei”, mantendo o restante inalterado.

Sendo assim, após a análise das subemendas de nº 2 à 10 à emenda nº 14, verifica-se que estas não violam os dispositivos infraconstitucionais.

Em análise às subemendas 11 e 12 à emenda nº14, apresentadas pelo Vereador Edmar Branco, estas não possuem nenhuma ilegalidade, uma vez que visam apenas estabelecer garantia ao Bibliotecário Escolar, classe Sênior, à manutenção de sua lotação nas escolas municipais, sem acréscimo de outras atribuições, conforme nova redação dada ao §2º e acréscimo do §3º ao artigo 20.

Em análise ao substitutivo-emenda nº 15, observa-se que este concedeu novo texto ao Projeto de Lei 442/2017, concentrando suas principais mudanças em: acrescentar o §9º ao artigo 21, estabelecendo que a escolaridade mínima para ingresso no cargo de Assistente Administrativo Educacional será o ensino médio completo; dar nova redação ao artigo 58-A, passando a constar: “Fica autorizada a cessão de servidor ocupante da função pública gratificada de Gestor Administrativo e Financeiro Escolar às Caixas Escolares, com ônus para o Poder Executivo municipal.”, bem como modificar a redação do artigo 58-B, estabelecendo que as caixas escolares ficam autorizadas a ressarcir as despesas do servidor ou empregado público, realizadas no âmbito dos programas educacionais, nos termos da Portaria do dirigente da Secretaria Municipal de Educação. Quanto aos novos artigos 40, 41, 42 e 43, estes apresentam as novas regras de reposicionamento dos ocupantes do cargo de Professor para a Educação Infantil, concedendo quatro níveis adicionais àqueles que comprovarem a conclusão de curso de graduação superior, bem como a alteração da habilitação mínima exigida para o ingresso, que passa a ser o curso superior. Por fim, alterou-se o valor do crédito adicional, a saber R\$102.625.004,62.

Em relação às subemendas nº 1 e 2 à emenda nº 15, apresentadas pelo Vereador Edmar Branco, verifica-se que estas possuem conteúdo idêntico às subemendas 11 e 12



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

à emenda nº 14, respectivamente, apresentadas também pelo vereador supracitado e já analisadas.

Em análise às subemendas nº 3 à 11, apresentadas pelo Vereador Mateus Simões, verifica-se que estas possuem conteúdo idêntico às subemendas 10,9,8,6,7,2,3,4 e 5 à emenda 14, respectivamente, apresentadas também pelo vereador supracitado e já analisadas.

Passando à análise da subemenda 12 à emenda nº 15, temos que esta acrescenta parágrafo ao artigo 15 da emenda nº 15, dispondo que todos os atuais ocupantes da função de Secretário de Estabelecimento de Ensino, cujo cargo de origem seja de Assistente Administrativo, Auxiliar de Biblioteca, Auxiliar de Escola, Auxiliar de Secretaria, Pedagogo, Professor para a Educação Infantil e Professor Municipal, permanecerão nas regras em que foram selecionados, sem prejuízo na remuneração.

Em análise às subemendas 13 e 15 ao substitutivo-emenda nº 15, estas se referem ao artigo 21, as quais visam, respectivamente, dar nova redação ao §8º, retirando das funções do Assistente Administrativo Educacional, o desempenho das atribuições específicas do cargo, e acrescenta parágrafo, propondo a manutenção das atribuições e local, dos atuais ocupantes dos cargos de Auxiliar de Biblioteca e Auxiliar de Secretaria Escolar, posicionados no cargo de Assistente Administrativo Educacional.

A subemenda nº 14 à emenda nº 15, a qual visa suprimir integralmente os artigos 13 e 14, possui conteúdo idêntico à emenda nº 4, apresentada pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo e já analisada acima.

Portanto, todas as referidas emendas e subemendas revestem-se de legalidade.

Mormente estas emendas, supressivas, aditiva, substitutivas e modificativas, bem como as subemendas, devem ser consideradas legais no ordenamento jurídico no que tange sua criação e posterior aprovação pela edilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.2 REGIMENTALIDADE DA EMENDA

Conforme art. 128 do Regimento Interno desta Casa, a emenda é a proposição apresentada como acessória de outra. No caso em análise, as emendas propostas estão classificadas como supressiva, aditiva, modificativa e substitutiva, a qual visa excluir, acrescentar, alterar e substituir respectivamente, dispositivo de outra proposição, conforme inciso I, II, III e IV do artigo citado acima.

Ainda quanto à apresentação de emenda deverão ser observadas as seguintes regras, conforme o § 1º do artigo supra, além das contidas no art. 99 do mesmo diploma normativo.

2.2.1 Da iniciativa

Quando da proposição da emenda esta pode ser apresentada por um vereador, conforme alínea “a” do inciso I, §1º do artigo 128 do R.I. Sendo assim, verifica-se que as emendas apresentadas atenderam à iniciativa.

2.2.2 Da admissibilidade

Para ser admitida regimentalmente a emenda deve ser pertinente ao assunto contido na proposição principal, ainda deve incidir sobre um só dispositivo, a não ser que se trate de dispositivos correlatos, de maneira que a modificação de um envolva a necessidade de se alterar os outros e, por fim tempestiva, conforme as regras do inciso I, II, III e IV do mesmo artigo 128 do R.I.

Pois bem, a supressão, adição, alteração e substituição no PL 442/2017 incidiram sobre um só dispositivo, de forma adequada aos ditames do R.I, atendendo aos requisitos de admissibilidade exigidos.

E por fim, cabe a análise da tempestividade.

2.2.3 Da Tempestividade



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE


2.2.3 Da Tempestividade

Em análise, verifica-se que as emendas em questão estão em conformidade com o inciso III do artigo 128 R.I, uma vez que foram, uma vez que foram propostas durante a reabertura do prazo para emendar o PL 442/2017. Portanto, adequadas estão as referidas emendas à tempestividade exigida regimentalmente.

3 DA CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, manifesto-me pela Constitucionalidade, Legalidade e Regimentalidade de todas as emendas e subemendas do Projeto de Lei nº 442/2017.

Belo Horizonte, 05 de julho de 2018.


DOORGAL ANDRADA
Vereador PATRIOTA
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO - PROJETO DE LEI Nº 575/2018.

VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Gabriel, que “Dispõe sobre o compartilhamento de bicicletas em vias e logradouros públicos no município de Belo Horizonte e dá outras providências”. A proposta foi justificada pelo autor na folha nº 09.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 10/19.

Consoante despacho de recebimento exarado pelo Exmo. Presidente da Câmara compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno, sobre:

a) Aspecto constitucional, legal e regimental dos projetos, salvo exceções regimentais;

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Passando a análise do Projeto de Lei nº 575/2018 que tem o objetivo de promover o compartilhamento de bicicletas em vias e logradouros públicos no Município de Belo Horizonte, adentramos as considerações técnicas atinentes a esta comissão.

2.1 Da Iniciativa

Antes de adentrar o exame específico de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei, passo à análise da iniciativa legislativa para a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

matéria, aspecto que acaba por alcançar todos os outros anteriormente citados, em decorrência do princípio constitucional da separação harmônica de Poderes.

O art. 87, da Lei Orgânica do Município, prevê que *“a iniciativa de lei cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica”*. Em seguida, o mesmo diploma legal, enumera no seu art. 88 as matérias de iniciativa privativa da Mesa da Câmara e do Prefeito.

Pois bem. Verifico que a propositura encontra fundamento nos artigos 87 e 88, da Lei Orgânica do Município, inexistindo usurpação de competência a lhe obstar a tramitação, razão pela qual procedo à seguinte análise quanto à constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 575/2018.

2.2 Da Constitucionalidade:

O Projeto de Lei encontra amparo no art. 30, incisos I e II, da Constituição da República, que reserva ao Município a competência para *“legislar sobre assuntos de interesse local”*, bem como *“suplementar, a legislação federal e a estadual no que couber”*. No mesmo sentido a disciplina contida no art. 171, I, da Carta Mineira que, ao tratar da competência legislativa do Município, ratificou a sua competência para legislar *“sobre assuntos de interesse local”*.

Assim, do ponto de vista da constitucionalidade é adequado, não ferindo a Constituição da República e tampouco a Constituição do Estado de Minas Gerais.

Transposta esta etapa passemos a análise da Legalidade.

2.3 Da Legalidade

A legalidade pressupõe ideia de submissão ao poder de comando e obediência à lei, tornando objetivas as práticas dos administradores, de acordo com preceitos e princípios constitucionalmente estabelecidos e os deveres a serem impostos aos cidadãos, respeitado o princípio da isonomia.

Do ponto de vista legal, entendo que o Projeto de Lei está de acordo com a legislação infraconstitucional vigente.

O Projeto de Lei em análise tem como objetivo principal instituir e disciplinar acerca do compartilhamento de bicicletas, com ou sem estações, por meio de aluguel de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

bicicletas em vias e logradouros públicos. Tal iniciativa estimula o uso de meios de transportes alternativos, contribuindo para a acessibilidade da população e o desenvolvimento da mobilidade sustentável.

Cabe salientar, que a propositura vem ao encontro do disposto na Lei Municipal nº 10.161 de 12 de abril de 2011, que dispõe sobre a criação do Sistema Ciclovitário no Município de Belo Horizonte, com o objetivo da maior utilização das bicicletas como veículo de transporte, com condições de segurança adequadas.

Igualmente, o projeto encontra-se em perfeita sintonia com a Política Municipal de Mobilidade Urbana, instituída no Município de Belo Horizonte, pela Lei nº 10.134, de 18 de março de 2011, a qual estabelece, como objetivo, o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, mediante a utilização dos vários meios de transportes, priorizando, no entanto, o deslocamento realizado através dos meios de transporte não motorizados.

Deve ser consignado, ainda, que o Projeto de Lei nº 575/2018, está em consonância com a Lei nº 9.540, de 28 de março de 2008, que dispõe acerca da Política Municipal de Incentivo ao Uso de Bicicletas e Motocicletas, a qual visa, em seu artigo 1º, inciso I, mencionar a utilização segura de bicicletas e motocicletas como veículos de transporte, incentivando a implantação de estacionamentos adequados à guarda destes veículos.

O art. 225 da Lei Orgânica Municipal corrobora o exposto, ao afirmar que o Poder Público promoverá a implantação de ciclovias e bicicletários como forma de incentivo e segurança dos ciclistas.

Vê-se que o projeto encontra vasto respaldo no ordenamento jurídico vigente.

Logo, esta iniciativa deve ser considerada legal no que tange sua criação e posterior aprovação pela edilidade.

2.4 Da Regimentalidade

Ultrapassadas as questões anteriores, o Projeto de Lei nº 575/2018 fora instruído corretamente de acordo com o Regimento Interno, no que diz respeito à regimentalidade não verifico, portanto, vício capaz de impedir o prosseguimento da proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela Constitucionalidade, Legalidade, e Regimentalidade do Projeto de Lei nº 575/2018.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2018.


DOORGAL ANDRADA

Vereador Líder - PATRI

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RELATOR PARA A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI 578/2018

- VOTO DO RELATOR -

O presente projeto de lei é de autoria do nobre vereador Pedro Bueno, que “regulamenta a modalidade, o valor expresso eu prazo para utilização dos créditos dos cartões do sistema de transporte coletivo por ônibus do município.

O projeto de lei foi instruído com a legislação correlata à matéria. (fls.5/10).

Distribuído à comissão de Legislação e Justiça, o presente projeto fui designado relator e recebe o seguinte parecer.

Na condição de relator designado para análise da matéria, a teor da competência definitiva pelo artigo 52, I, “a” do Regimento Interno, passo a fundamentar o parecer e emitir o voto. Designado relator para análise da matéria, passo a fundamentar esta Proposta de Diligência, nos termos do art. 86 do Regimento Interno.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto visa “regulamentar a modalidade, o valor expresso eu prazo para utilização dos créditos dos cartões do sistema de transporte coletivo por ônibus do município.”

O projeto de lei afronta o art. 5º da lei 7418/85, bem como o decreto que regulariza esta lei 95.247/87, nos artigos 14, 20 e seu parágrafo único. Tudo porque conforme a legislação federal a modalidade utilizada é de preço e não de tarifas ou passagens.

Assim, temos que não há possibilidade de alteração da modalidade para passagens, também porque a utilização do cartão de vale transporte atende a vários preços de passagens, bem como formas diferentes de passagens, inclusive com integração ao metrô ou a outro destino.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal nos diz: Art. 30, I: “compete ao Município legislar sobre o assunto e interesse local”.

A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte nos ensina:

Art. 7º - “O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

- I- (...)
- II- Legislar sobre assunto de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;”.

O projeto em debate afronta a legislação federal, sendo, por conseguinte, ilegal.

Diante o exposto, observo se há violação a Constituição Federal, a Constituição Estadual, lei correlata, e não obedece aos critérios legais, portanto, podemos concluir.

CONCLUSÃO

Sou pela **ilegalidade** do Projeto de Lei 578/2018.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2018.


AILTON GOMES
Relator

Parecer analisado. Encaminhadas
observações ao relator.

Em 06/07/18
[Signature] CM544
DIVAPC



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI 579/2018

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO

Conforme determina o artigo 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é competência da comissão de legislação e justiça a análise sobre o aspecto constitucional, legal e regimental dos Projetos de Lei apresentados, bem como verificar o aspecto jurídico e de mérito sobre a denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas.

Sendo assim, passo a análise da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PROJETO DE LEI 579/2018 de autoria do Ilustríssimo Vereador Reinaldo Gomes, que “Determina prazo para expedição de atestado de óbito e para a comunicação de óbito às Serventias (Cartórios) de Registro Civil de Pessoas Naturais.”

O PL 579/2018, de autoria do (a) Ilmo. (a). Vereador (a), dispõe sobre a obrigação da expedição de atestado de óbito no prazo de 03 (três) dias corridos da data da morte real da pessoa natural nos hospitais, Instituição de Saúde, nas vias e espaços públicos, em residências e locais privados localizados no município. Tem como justificativa “complementar a legislação e normas existentes para um maior controle e combate à fraude no recebimento de remuneração, salários, pensões e benefícios provenientes do poder público.”

FUNDAMENTAÇÃO

I. Da Constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei se configura por ferir direta ou indiretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou a Constituição do Estado de Minas Gerais.

É considerado constitucional aquele Projeto de Lei em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como estejam dentro dos limites materiais objetivos e subjetivos estabelecidos pela carta magna.

CMH_DIREG-15/jun/18-14:43:03-002727-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Portanto, a análise do Projeto de Lei em comento, se inicia pelo controle de constitucionalidade em abstrato, que incide sobre a legislação em tese, com o objetivo de evitar a criação de normas inconstitucionais.

O legislador constitucional, determinou competências para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As matérias podem ser: de competência privativa da União; comum ou concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 30 da CRFB/88, determina que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Podemos entender “interesse local” como sendo aquele que diz respeito a esfera organizacional do município. Cabe ao legislador municipal elaborar leis que implementem a vontade do poder constituinte à realidade do munícipe.

O STF, em inúmeros julgados vêm construindo o conceito de “interesse local”:

O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI c/c 30, I e II da CRFB). [RE 586.224, rel. min. Luiz Fux, j. 5-3-2015, P, DJE de 8-5-2015, com repercussão geral].

Conclui-se então, que este Projeto de Lei está em concordância com o ordenamento constitucional brasileiro, pois seu caráter é eminentemente de interesse local, já que diz respeito a determinação de prazo para expedição de atestado de óbito e para a comunicação de óbito às Serventias (Cartórios) de Registro Civil de Pessoas Naturais no âmbito do município de Belo Horizonte, sendo assim, não fere os dispositivos relativos a competência para iniciativa de lei estipulados pela CRFB/88.

II. Da Legalidade ou Ilegalidade:

Ao adentrarmos na análise da legalidade ou ilegalidade de um Projeto de Lei, é necessário verificar se nele estão presentes os requisitos de uma norma jurídica, dotada de juridicidade, ou seja, se sua forma e conteúdo se encontram em harmonia com o ordenamento jurídico brasileiro, como um todo, leis, princípios, jurisprudência, inclusive os costumes, todos estes citados são considerados fontes do direito.

É considerado legal, o Projeto de Lei dotado de atributos que lhe concedem a legalidade, quais sejam a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A norma legal, para ser qualificada como tal, deve possuir determinadas características, elencadas pela doutrina, dentre as quais destacamos a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade. (OLIVEIRA, L. H. S. Análise de Juridicidade de Proposições Legislativas. Brasília)

Tendo em vista que não há no ordenamento jurídico pátrio norma que pugne pela ilegalidade do objeto e preceitos do PL em pauta, e que ele é dotado dos atributos de lei, quais sejam a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade, conclui-se pela sua legalidade.

III. Da Regimentalidade:

O Projeto de Lei 579/2018 foi elaborado em concordância com os dispositivos do regimento interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seguindo os tramites lá previstos, desta feita, não há vícios de regimentalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendo pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE** do Projeto de Lei 579/2018.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2018,

Nely Aquino – Vereadora PRTB



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI 580/2018

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO

Conforme determina o artigo 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é competência da comissão de legislação e justiça a análise sobre o aspecto constitucional, legal e regimental dos Projetos de Lei apresentados, bem como verificar o aspecto jurídico e de mérito sobre a denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas.

Sendo assim, passo a análise da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PROJETO DE LEI 580/2018 de autoria do Ilustríssimo Vereador Pedro Bueno, que “Proíbe a fabricação, a venda, a comercialização, a distribuição e a circulação, a qualquer título, de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo ou que com essas possam se confundir, bem como armas de pressão que lancem projéteis de qualquer tipo de metal.”.

O PL 580/2018, de autoria do (a) Ilmo. (a). Vereador (a), dispõe sobre a proibição de fabricação, venda, comercialização, distribuição e circulação, a qualquer título, de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo ou que com essas possam se confundir, bem como armas de pressão que lancem projéteis de qualquer tipo de metal. Tem como justificativa “abordar critérios rígidos para a venda indiscriminada e facilitada deste objeto, que em mãos erradas, aterrorizam as pessoas, colocando em risco a sua incolumidade e o seu patrimônio”.

FUNDAMENTAÇÃO

I. Da Constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei se configura por ferir direta ou indiretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou a Constituição do Estado de Minas Gerais.

É considerado constitucional aquele Projeto de Lei em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como estejam dentro dos limites materiais objetivos e subjetivos estabelecidos pela carta magna.

CMBH_DIREG-15/jun/18-14:42:41-002726-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Portanto, a análise do Projeto de Lei em comento, se inicia pelo controle de constitucionalidade em abstrato, que incide sobre a legislação em tese, com o objetivo de evitar a criação de normas inconstitucionais.

O legislador constitucional, determinou competências para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As matérias podem ser: de competência privativa da União; comum ou concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 30 da CRFB/88, determina que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Podemos entender “interesse local” como sendo aquele que diz respeito a esfera organizacional do município. Cabe ao legislador municipal elaborar leis que implementem a vontade do poder constituinte à realidade do munícipe.

O STF, em inúmeros julgados vêm construindo o conceito de “interesse local”:

*O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja e harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI c/c 30, I e II da CRFB).
[RE 586.224, rel. min. Luiz Fux, j. 5-3-2015, P, DJE de 8-5-2015, com repercussão geral].*

Conclui-se então, que este Projeto de Lei está em concordância com o ordenamento constitucional brasileiro, pois seu caráter é eminentemente de interesse local, sendo assim, não fere os dispositivos relativos a competência para iniciativa de lei estipulados pela CRFB/88.

II. Da Legalidade ou Ilegalidade:

Ao adentrarmos na análise da legalidade ou ilegalidade de um Projeto de Lei, é necessário verificar se nele estão presentes os requisitos de uma norma jurídica, dotada de juridicidade, ou seja, se sua forma e conteúdo se encontram em harmonia com o ordenamento jurídico brasileiro, como um todo, leis, princípios, jurisprudência, inclusive os costumes, todos estes citados são considerados fontes do direito.

É considerado legal, o Projeto de Lei dotado de atributos que lhe concedem a legalidade, quais sejam a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade.

A norma legal, para ser qualificada como tal, deve possuir determinadas características, elencadas pela



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

doutrina, dentre as quais destacamos a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade. (OLIVEIRA, L. H. S. Análise de Juridicidade de Proposições Legislativas. Brasília)

Tendo em vista que não há no ordenamento jurídico pátrio norma que pugne pela ilegalidade do objeto e preceitos do PL em pauta, que ele se encontra em consonância com o ordenamento jurídico federal:

Art. 26. São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir (Lei 10.826/2003).

E ainda, que ele é dotado dos atributos de lei, quais sejam a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade, conclui-se pela sua legalidade.

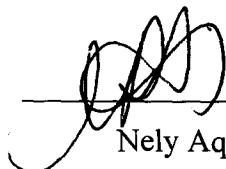
III. Da Regimentalidade:

O Projeto de Lei 580/2018 foi elaborado em concordância com os dispositivos do regimento interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seguindo os tramites lá previstos, desta feita, não há vícios de regimentalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendo pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE** do Projeto de Lei 580/2018.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2018,



Nely Aquino – Vereadora PRTB



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI 583/2018

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO

Conforme determina o artigo 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é competência da comissão de legislação e justiça a análise sobre o aspecto constitucional, legal e regimental dos Projetos de Lei apresentados, bem como verificar o aspecto jurídico e de mérito sobre a denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas.

Sendo assim, passo a análise da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PROJETO DE LEI 583/2018 de autoria do Ilustríssimo Vereador Léo Burguês de Castro, que “Dispõe sobre a desafetação de bem público, autoriza a alienação, mediante venda ou permuta, da área que menciona e dá outras providências”.

O PL 583/2018, de autoria do (a) Ilmo. (a). Vereador (a), dispõe sobre desafetação de bem público, autoriza a alienação, mediante venda ou permuta. Tem como justificativa “a área a ser desafetada está subutilizada, abandonada, sujeita a invasão, acumulando lixo”.

FUNDAMENTAÇÃO

I. Da Constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei se configura por ferir direta ou indiretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou a Constituição do Estado de Minas Gerais.

É considerado constitucional aquele Projeto de Lei em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como estejam dentro dos limites materiais objetivos e subjetivos estabelecidos pela carta magna.

CMBH_DIRELEG-20/jun/18-14:09:45-002784-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Portanto, a análise do Projeto de Lei em comento, se inicia pelo controle de constitucionalidade em abstrato, que incide sobre a legislação em tese, com o objetivo de evitar a criação de normas inconstitucionais.

O legislador constitucional, determinou competências para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As matérias podem ser: de competência privativa da União; comum ou concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 30 da CRFB/88, determina que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Podemos entender “interesse local” como sendo aquele que diz respeito a esfera organizacional do município. Cabe ao legislador municipal elaborar leis que implementem a vontade do poder constituinte à realidade do munícipe.

O STF, em inúmeros julgados vêm construindo o conceito de “interesse local”:

O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja e harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI c/c 30, I e II da CRFB). [RE 586.224, rel. min. Luiz Fux, j. 5-3-2015, P, DJE de 8-5-2015, com repercussão geral].

Conclui-se então, que este Projeto de Lei está em concordância com o ordenamento constitucional brasileiro, pois seu caráter é eminentemente de interesse local, já que diz respeito a desafetação e autorização para alienação de bem público municipal, sendo assim, não fere os dispositivos relativos a competência para iniciativa de lei estipulados pela CRFB/88.

II. Da Legalidade ou Ilegalidade:

Ao adentrarmos na análise da legalidade ou ilegalidade de um Projeto de Lei, é necessário verificar se nele estão presentes os requisitos de uma norma jurídica, dotada de juridicidade, ou seja, se sua forma e conteúdo se encontram em harmonia com o ordenamento jurídico brasileiro, como um todo, leis, princípios, jurisprudência, inclusive os costumes, todos estes citados são considerados fontes do direito.

É considerado legal, o Projeto de Lei dotado de atributos que lhe concedem a legalidade, quais sejam a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade.

A norma legal, para ser qualificada como tal, deve possuir determinadas características, elencadas pela doutrina, dentre as quais destacamos a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade. (OLIVEIRA, L. H. S. Análise de Juridicidade de Proposições Legislativas. Brasília)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presente PL tem como objetivo a desafetação de bem público, e ainda autoriza a alienação, mediante venda ou permuta, e para realizar a análise de sua legalidade ou ilegalidade se faz necessário a definição de alguns conceitos.

O regime jurídico dos bens públicos é positivado no Código Civil brasileiro, e nos informa que:

Art. 99. São bens públicos: I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Os bens públicos de uso comum, são aqueles destinados ao uso comum de toda a população, temos como exemplos os rios e mares; já os de uso especial, são aqueles utilizados pela administração pública, são afetados a algum serviço público, como por exemplo, locais onde se realiza atividade pública, como um teatro municipal. Já os bens dominicais ou domaniais, são aqueles que não são bens públicos de uso comum nem de uso especial, é aquele bem eivado de qualquer afetação ou uso público.

Os bens públicos de uso comum e os bens públicos de uso especial, são inalienáveis enquanto mantiverem tal condição, assim sendo, a lei somente autoriza a alienação destes bens se houver a sua desafetação.

*“Afetação é a preposição de um bem a um dado destino categorial de uso comum ou especial, assim como desafetação é sua retirada ao referido destino”
(MELLO, 2012, p. 931)*

Considerando os preceitos acima estabelecidos, passamos a análise objetiva da legalidade do presente PL.

A Lei Nº 8.666/1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, determina que: “A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado.”

Em conformidade com a legislação federal, a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, nos informa que, compete ao município administrar seus bens, adquiri-los e aliena-los. Neste sentido, define que:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 34 - A alienação de bem imóvel público não edificado depende de interesse público, avaliação prévia, autorização legislativa e licitação, observadas, quanto a esta, as exceções previstas em lei.

Sendo assim, é forçoso reconhecer a ilegalidade do PL em pauta, tem em vista que, não foi demonstrado o interesse público devidamente justificado, nem avaliação prévia.

III. Da Regimentalidade:

O Projeto de Lei 583/2018 foi elaborado em concordância com os dispositivos do regimento interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seguindo os tramites lá previstos, desta feita, não há vícios de regimentalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendo pela **CONSTITUCIONALIDADE, ILEGALIDADE E REGIMENTALIDADE** do Projeto de Lei 583/2018.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2018,



Nely Aquino – Vereadora PRTB



RELATOR PARA A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI 585/2018

- VOTO DO RELATOR -

O presente projeto de lei é de autoria do nobre vereador Álvaro Damião, que dispõe sobre a propaganda volante no município”.

O projeto de lei foi instruído com a legislação correlata à matéria. (fls.5/10).

Distribuído à comissão de Legislação e Justiça, o presente projeto foi designado relator e recebe o seguinte parecer.

Na condição de relator designado para análise da matéria, a teor da competência definitiva pelo artigo 52, I, “a” do Regimento Interno, passo a fundamentar o parecer e emitir o voto.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto visa regularizar a veiculação de propaganda através de som volante, aplicando-se a lei 9505/08, assim o projeto em análise poderá adequar melhor a lei existente, visto que ela não tratou do som volante, mas a dispôs sobre a poluição sonora.

Desta forma tenho que suas fundamentações são suficientes para a continuidade de tramitação do projeto, visto que elas se inserem naquelas de competência do parlamentar, e, quanto ao parecer técnico no âmbito do aspecto de competência da comissão de legislação e justiça, emito o seguinte parecer:

Vejamos o que nos demonstra a legislação pertinente à matéria focada no Projeto de Lei apreço.

A Constituição Federal nos diz: Art. 30, I: “compete ao Município legislar sobre o assunto e interesse local”.

A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte nos ensina:

Art. 7º - “O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

I- (...)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- II- Legislar sobre assunto de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;”.

O projeto em debate não afronta a Carta Magna, tão pouco a Constituição Estadual, está em consonância com os dispositivos constitucionais. Por se tratar de assunto de interesse local, não sendo de competência privada do Executivo Municipal e nem da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei se insere naquele de competência do parlamentar. Não é antagônico, ao ordenamento jurídico vigente não contrapõe a Lei orgânica do Município de Belo Horizonte, nem aos dispositivos de ordem infraconstitucional, sendo, por conseguinte, legal.

Com a apresentação temos que o presente projeto de Lei possui os atributos da novidade e da generalidade para o ordenamento jurídico. Quanto a regimentalidade, não há o que falar, posto que a proposição foi recebida pela Presidência e, não há reparação a ser feita quanto à técnica jurídica.

Diante o exposto, observo se há violação a Constituição Federal, a Constituição Estadual, lei correlata, e se obedece aos critérios legais, portanto, podemos concluir.

CONCLUSÃO

Sou pela Constitucionalidade, **legalidade, juridicidade e, regimentalidade** do Projeto de Lei 585/2018.

Belo Horizonte, 8 de junho de 2018.


AUTAIR GOMES
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RELATOR PARA A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI 587/2018.

VOTO DO RELATOR

O presente projeto de lei é de autoria do nobre vereador Léo Burguês de Castro que “Dispõe sobre a desafetação de bem público, autoriza a alienação, mediante venda ou permuta, da área que menciona e dá outras providências.”

O projeto de lei foi instruído com a legislação correlata à matéria. (fls.03/12).

Posteriormente distribuído à comissão de Legislação e Justiça, para apreciação do presente projeto, no qual fui designado relator e recebe o seguinte parecer.

Na condição de relator designado para análise da matéria, a teor da competência definitiva pelo artigo 52, I, “a” do Regimento Interno, passo a fundamentar o parecer e emitir o voto.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto visa promover a desafetação de trecho de logradouro público, que não foi implantado pelo município, estando inserido no perímetro de área particular. As justificativas são suficientes para a continuidade de tramitação do projeto, visto que elas se inserem naquelas de competência do parlamentar, e, quanto ao parecer técnico no âmbito do aspecto de competência da comissão de legislação e justiça, emito o seguinte parecer:

Vejamos o que nos demonstra a legislação pertinente à matéria focada no Projeto de Lei apreço.

A Constituição Federal nos diz: Art. 30, I: "compete ao Município legislar sobre o assunto e interesse local".

A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte nos ensina:

Art. 7º - "O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

I - (...)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

II- Legislar sobre assunto de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;"

O projeto em debate não afronta a Carta Magna, tão pouco a Constituição Estadual, está em consonância com os dispositivos constitucionais. Por se tratar de assunto de interesse local, não sendo de competência privada do Executivo Municipal e nem da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei se insere naquele de competência do parlamentar. Não é antagônico, ao ordenamento jurídico vigente, não contrapõe a Lei orgânica do Município de Belo Horizonte, nem aos dispositivos de ordem infraconstitucional, sendo, por conseguinte, legal.

Com a apresentação temos que o projeto de Lei possui os atributos da novidade e da generalidade para o ordenamento jurídico. Quanto a regimentalidade, prevista no art. 99 do regimento interno, não há o que falar, posto que a proposição foi recebida pela Presidência e, não há reparação a ser feita quanto à técnica jurídica.

Isto posto, concluo que no presente projeto não há violação a Constituição Federal, a Constituição Estadual, lei correlata, e obedece aos critérios legais, portanto, podemos concluir.

CONCLUSÃO

Sou pela **Constitucionalidade, legalidade, juridicidade e, regimentalidade** do Projeto de Lei 587/2018.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2018.


AUTA R. GOMES
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI 589/2018

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO

Conforme determina o artigo 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é competência da comissão de legislação e justiça a análise sobre o aspecto constitucional, legal e regimental dos Projetos de Lei apresentados, bem como verificar o aspecto jurídico e de mérito sobre a denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas.

Sendo assim, passo a análise da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PROJETO DE LEI 589/2018 de autoria do Ilustríssimo Vereador Osvaldo Lopes, que “Altera a Lei nº 8.616/03, que “Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte”.

O PL 589/2018, de autoria do (a) Ilmo. (a). Vereador (a), altera a Lei nº 8.616/03, contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte. Tem como justificativa “adequar a legislação municipal para que o munícipe possa executar operações de intervenção arbórea após parecer técnico emitido por responsável técnico e autorização emitida pelo órgão responsável do poder executivo”.

FUNDAMENTAÇÃO

I. Da Constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei se configura por ferir direta ou indiretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou a Constituição do Estado de Minas Gerais.

É considerado constitucional aquele Projeto de Lei em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como estejam dentro dos limites materiais objetivos e subjetivos estabelecidos pela carta magna.

CMEH_DIRLEG-20/jun/18-14:10:05-002795-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Portanto, a análise do Projeto de Lei em comento, se inicia pelo controle de constitucionalidade em abstrato, que incide sobre a legislação em tese, com o objetivo de evitar a criação de normas inconstitucionais.

O legislador constitucional, determinou competências para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As matérias podem ser: de competência privativa da União; comum ou concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 30 da CRFB/88, determina que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Podemos entender “interesse local” como sendo aquele que diz respeito a esfera organizacional do município. Cabe ao legislador municipal elaborar leis que implementem a vontade do poder constituinte à realidade do município.

Portanto este Projeto de Lei está em concordância com o ordenamento constitucional brasileiro, pois seu caráter é eminentemente de interesse local, já que diz respeito a alteração Lei nº 8.616/03, contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, sendo assim, não fere os dispositivos relativos a competência para iniciativa de lei estipulados pela CRFB/88.

II. Da Legalidade ou Ilegalidade:

Ao adentrarmos na análise da legalidade ou ilegalidade de um Projeto de Lei, é necessário verificar se nele estão presentes os requisitos de uma norma jurídica, dotada de juridicidade, ou seja, se sua forma e conteúdo se encontram em harmonia com o ordenamento jurídico brasileiro, como um todo, leis, princípios, jurisprudência, inclusive os costumes, todos estes citados são considerados fontes do direito.

É considerado legal, o Projeto de Lei dotado de atributos que lhe concedem a legalidade, quais sejam a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade.

A norma legal, para ser qualificada como tal, deve possuir determinadas características, elencadas pela doutrina, dentre as quais destacamos a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade. (OLIVEIRA, L. H. S. Análise de Juridicidade de Proposições Legislativas. Brasília)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tendo em vista que não há no ordenamento jurídico pátrio norma que pugne pela ilegalidade do objeto e preceitos do PL em pauta, e que ele é dotado dos atributos de lei, quais sejam a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade, conclui-se pela sua legalidade.

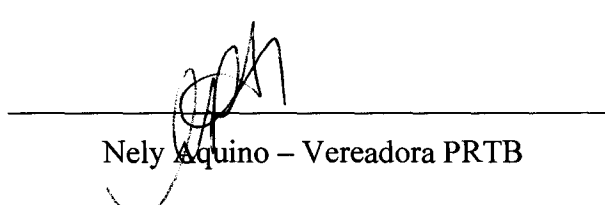
III. Da Regimentalidade:

O Projeto de Lei 589/2018 foi elaborado em concordância com os dispositivos do regimento interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seguindo os tramites lá previstos, desta feita, não há vícios de regimentalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendo pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE** do Projeto de Lei 589/2018.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2018,



Nely Aquino – Vereadora PRTB



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 591/2018.

VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Rafael Martins, que “Institui como área do conhecimento a ser introduzido no contra turno das escolas municipais de educação integrada o tema noções de direito por meio do programa direito na escola”. A proposta foi justificada pelo autor na folha 04/05.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 6/14.

Consoante despacho de recebimento exarado pelo Exmo. Presidente da Câmara compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno, sobre:

a) Aspecto constitucional, legal e regimental dos projetos, salvo exceções regimentais;

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Passando a análise do Projeto de Lei nº 591/2018, que institui como área do conhecimento a ser introduzido no contra turno das escolas municipais de educação integrada o tema noções de direito por meio do programa direito na escola, adentramos as considerações técnicas atinentes a esta comissão.

2.1 Da Iniciativa

Antes de adentrar o exame específico de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei, passo à análise da iniciativa legislativa para a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

matéria, aspecto que acaba por alcançar todos os outros anteriormente citados, em decorrência do princípio constitucional da separação harmônica de Poderes.

O art. 87, da Lei Orgânica do Município, prevê que *“a iniciativa de lei cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica”*. Em seguida, o mesmo diploma legal, enumera no seu art. 88 as matérias de iniciativa privativa da Mesa da Câmara e do Prefeito.

Pois bem. De imediato, deve-se destacar que o projeto em análise, opõe óbice ao artigo 88, inciso II, alínea “d” da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH, que determina ser privativo do executivo *“a criação, organização e definição de atribuições de órgãos e entidades da administração pública, exceto as da Defensoria do Povo”*. Sendo assim, uma vez que a matéria apresentada neste projeto atribui funções e nova organização ao ente público, evidencia-se a invasão de competência exclusiva do Poder Executivo, razão pela qual procedo à seguinte análise quanto à constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 591/2018.

2.2 Da Constitucionalidade e legalidade

A Constituição Federal, em seu artigo 22, XXIV, estabelece que cabe à União, legislar, de forma privativa, sobre diretrizes e bases da educação nacional, mas assegura aos Estados competência concorrente para legislar sobre educação, cultura e ensino (art. 24, IX) e aos municípios é possível dispor sobre matéria de interesse local, consoante o artigo 30, inciso I. Sendo assim, não lhe é dado contradizer ou inovar a legislação federal, sob pena de invasão de competência, e por consequência, vício de inconstitucionalidade.

Em que pese o Município não ter sido contemplado pela Constituição como participante do exercício da competência concorrente, o art. 30, II, disciplina que poderá *“suplementar a legislação federal no que couber”*, ou seja, dentro de assuntos de interesse local.”

Merece destaque a inconstitucionalidade formal de que padece a presente proposta, já que a matéria apresentada constitui verdadeiro ato legislativo de gestão pública, pois interfere na atuação do administrador, determinando novas ações concretas, além de alocar recursos e criar despesas. O vício em questão, viola frontalmente o princípio da separação e harmonia entre os poderes, positivado no art. 2º da Constituição da República Federativa do Brasil e, por simetria, no art. 6º inserido na



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Constituição do Estado de Minas Gerais e, também, na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

Sobre o tema elucida José Afonso da Silva:

A Constituição contém regras rígidas sobre a iniciativa das leis, regras que têm que ser observadas no processo de formação das leis, sob pena de estas padecerem do vício de inconstitucionalidade por defeito de iniciativa. Esse defeito é especialmente condenado quando haja desrespeito às regras de iniciativa exclusiva, que tem sido a causa mais comum de inconstitucionalidade formal, porque se dá, no caso, uma usurpação de competência constitucionalmente estabelecida. (SILVA, 2007, p.346).

O entendimento do Supremo Tribunal Federal, expresso no julgado abaixo, acompanha e reafirma essa posição:

É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que padece de inconstitucionalidade formal a lei resultante de iniciativa parlamentar que disponha sobre atribuições de órgãos e entidades da administração pública, haja vista que essa matéria é afeta ao Chefe do Poder Executivo. 3. Agravo regimental não provido." (STF, RE 505476 AGR/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, julgamento em 21/08/2012, grifo nosso).

Note-se que a inclusão de disciplina e seu respectivo conteúdo programático na grade curricular das escolas municipais é matéria exclusivamente relacionada à Administração Pública, a cargo do Chefe do Executivo, porque disciplina programa governamental.

Louve-se, de início, a nobre preocupação do Vereador Rafael Martins, autor da propositura. De fato, o tema "*noções de direito*" é de suma importância, tal qual seria de grande relevância constar na grade curricular não apenas deste Município, porquanto seja de interesse de toda a sociedade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O Projeto de Lei em questão coaduna com os preceitos do artigo 26, em especial, com os §7º e §9º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, bem como vai ao encontro do disposto na Lei 6.318, de 12 de janeiro de 1993, no que tange à obrigatoriedade do ensino de Direito Constitucional nas escolas municipais de Belo Horizonte.

Todavia, além da iniciativa parlamentar representar nítida invasão na competência do Poder Executivo, ao criar programa de governo, cujo exercício é inerente ao Prefeito, este também fere a Lei nº 7543, de 30 de junho de 1998, que cria o Conselho Municipal de Educação e atribui a este, competência para normatizar parte diversificada do currículo escolar, conforme artigo 11, inciso IV, “b” da Lei mencionada.

Assim, diante do exposto não há dúvida que o Projeto de Lei nº 591/2018 padece de notória inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, a evidenciar invasão de competência exclusiva do poder Executivo, vez que a Câmara de Vereadores do Município de Belo Horizonte não tem competência para legislar sobre a matéria em questão.

Transposta esta etapa passemos a análise da Regimentalidade.

2.3 Da regimentalidade

Ultrapassadas as questões anteriores, o Projeto de Lei nº 591/2018 fora instruído corretamente de acordo com o Regimento Interno, no que diz respeito à regimentalidade não verifico portanto vício capaz de impedir o prosseguimento da proposta.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela Inconstitucionalidade, Ilegalidade, e Regimentalidade do Projeto de Lei nº 591/2018.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2018.



DOORGAL ANDRADA

Vereador Líder – PATRI

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI 593/2018

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO

Conforme determina o artigo 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é competência da comissão de legislação e justiça a análise sobre o aspecto constitucional, legal e regimental dos Projetos de Lei apresentados, bem como verificar o aspecto jurídico e de mérito sobre a denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas.

Sendo assim, passo a análise da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PROJETO DE LEI 593/2018 de autoria das Ilustríssimas Vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella, que “Institui a Lei Dona Fininha, que dispõe sobre a proteção aos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais de Belo Horizonte”.

O PL 593/2018, de autoria das Ilustríssimas Vereadoras, institui a Lei Dona Fininha, que dispõe sobre a proteção aos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais de Belo Horizonte. Tem como justificativa “assegurar o direito territorial dos povos e comunidades tradicionais no município de Belo Horizonte com o objetivo de garantir a devida proteção, a sustentabilidade e a autonomia dessas comunidades, no marco de um processo de reparação histórica associado a políticas públicas por uma efetiva Abolição da escravatura.”.

FUNDAMENTAÇÃO

I. Da Constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei se configura por ferir direta ou indiretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou a Constituição do Estado de Minas Gerais.

É considerado constitucional aquele Projeto de Lei em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como estejam dentro dos limites materiais objetivos e subjetivos estabelecidos pela carta magna.

CHBH_DIRLEG-03/jul/18-14 20:01-002981-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Portanto, a análise do Projeto de Lei em comento, se inicia pelo controle de constitucionalidade em abstrato, que incide sobre a legislação em tese, com o objetivo de evitar a criação de normas inconstitucionais.

O legislador constitucional, determinou competências para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As matérias podem ser: de competência privativa da União; comum ou concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 30 da CRFB/88, determina que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Podemos entender “interesse local” como sendo aquele que diz respeito a esfera organizacional do município. Cabe ao legislador municipal elaborar leis que implementem a vontade do poder constituinte à realidade do munícipe.

O STF, em inúmeros julgados vêm construindo o conceito de “interesse local”:

O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja e harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI c/c 30, I e II da CRFB).

[RE 586.224, rel. min. Luiz Fux, j. 5-3-2015, P, DJE de 8-5-2015, com repercussão geral].

Conclui-se então, que este Projeto de Lei está em concordância com o ordenamento constitucional brasileiro, pois seu caráter é eminentemente de interesse local, já que institui a Lei Dona Fininha, que dispõe sobre a proteção aos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais de Belo Horizonte, sendo assim, não fere os dispositivos relativos a competência para iniciativa de lei estipulados pela CRFB/88.

II. Da Legalidade ou Ilegalidade:

Ao adentrarmos na análise da legalidade ou ilegalidade de um Projeto de Lei, é necessário verificar se nele estão presentes os requisitos de uma norma jurídica, dotada de juridicidade, ou seja, se sua forma e conteúdo se encontram em harmonia com o ordenamento jurídico brasileiro, como um todo, leis, princípios, jurisprudência, inclusive os costumes, todos estes citados são considerados fontes do direito.

É considerado legal, o Projeto de Lei dotado de atributos que lhe concedem a legalidade, quais sejam a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A norma legal, para ser qualificada como tal, deve possuir determinadas características, elencadas pela doutrina, dentre as quais destacamos a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade. (OLIVEIRA, L. H. S. Análise de Juridicidade de Proposições Legislativas. Brasília)

Tendo em vista que não há no ordenamento jurídico pátrio norma que pugne pela ilegalidade do objeto e preceitos do PL em pauta, e que ele é dotado dos atributos de lei, quais sejam a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade, conclui-se pela sua legalidade.

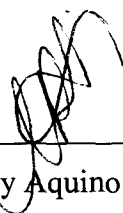
III. Da Regimentalidade:

O Projeto de Lei 593/2018 foi elaborado em concordância com os dispositivos do regimento interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seguindo os tramites lá previstos, desta feita, não há vícios de regimentalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendo pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE** do Projeto de Lei 593/2018.

Belo Horizonte, 04 de julho de 2018,



Nely Aquino – Vereadora PRTB



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 599/2018

VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Irlan Melo, que “Institui o Programa de Adoção de Centros de Saúde no Município e dá outras providências.”. A proposta foi justificada pelo autor na folha 03.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 04/07.

Consoante despacho de recebimento exarado pelo Exmo. Presidente da Câmara compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno, sobre:

a) Aspecto constitucional, legal e regimental dos projetos, salvo exceções regimentais;

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Passando a análise do Projeto de Lei nº 599/2018 que visa instituir o “Programa de Adoção de Centros de Saúde no Município”, adentramos as considerações técnicas atinentes a esta comissão.

2.1 Da Iniciativa

Antes de adentrar o exame específico de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei, passo à análise da iniciativa legislativa para a matéria, aspecto que acaba por alcançar todos os outros anteriormente citados, em decorrência do princípio constitucional da separação harmônica de Poderes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O art. 87, da Lei Orgânica do Município, prevê que *“a iniciativa de lei cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica”*. Em seguida, o mesmo diploma legal, enumera no seu art. 88 as matérias de iniciativa privativa da Mesa da Câmara e do Prefeito.

Pois bem. Verifico que a propositura encontra fundamento nos artigos 87 e 88, da Lei Orgânica do Município, inexistindo usurpação de competência a lhe obstar a tramitação, razão pela qual procedo à seguinte análise quanto à constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 599/2018.

2.2 Da Constitucionalidade

O Projeto de Lei encontra amparo no art. 30, incisos I e II, da Constituição da República, que reserva ao Município a competência para *“legislar sobre assuntos de interesse local”*, bem como *“suplementar, a legislação federal e a estadual no que couber”*. No mesmo sentido a disciplina contida no art. 171, I, da Carta Mineira que, ao tratar da competência legislativa do Município, ratificou a sua competência para legislar *“sobre assuntos de interesse local”*.

Assim, do ponto de vista da constitucionalidade é adequado, não ferindo a Constituição da República e tampouco a Constituição do Estado de Minas Gerais.

Transposta esta etapa passemos a análise da Legalidade.

2.3 Da Legalidade

A legalidade pressupõe ideia de submissão ao poder de comando e obediência à lei, tornando objetivas as práticas dos administradores, de acordo com preceitos e princípios constitucionalmente estabelecidos e os deveres a serem impostos aos cidadãos, respeitado o princípio da isonomia.

Do ponto de vista legal, entendo que o Projeto de Lei está em consonância com a legislação vigente. Porquanto, vejamos.

A Proposta coaduna primeiramente com a nossa Carta Magna, quando esculpe, de forma clara, em seu texto, o direito à saúde.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Ainda no que dispõe a Constituição Federal, os artigos 197 e 198 tratam das ações e serviços públicos de saúde, como dever do Poder Público, podendo ser esse direito promovido e incentivado através da participação e colaboração da comunidade.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Ainda, tendo em vista a proposta, a mesma corrobora com a Lei Orgânica do Município, conforme dispõe o artigo 141.

Art. 141 - A saúde é direito de todos e dever do Poder Público, assegurado mediante políticas econômicas, sociais, ambientais e outras que visem à prevenção e à eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, sem qualquer discriminação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Deste modo, por todo exposto acima resta concluso ser adequada a aprovação desta proposta como lei tendo em vista o saneamento dado.

2.4 Da Regimentalidade

Ultrapassadas as questões anteriores, o Projeto de Lei nº 599/2018 fora instruído corretamente de acordo com o Regimento Interno, no que diz respeito à regimentalidade não verifico portanto vício capaz de impedir o prosseguimento da proposta.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela Constitucionalidade, Legalidade, e Regimentalidade do Projeto de Lei nº 599/2018.

Belo Horizonte, 04 de julho de 2018.



DOORGAL ANDRADA
Vereador PATRI
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI 600/2018

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO

Conforme determina o artigo 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, é competência da comissão de legislação e justiça a análise sobre o aspecto constitucional, legal e regimental dos Projetos de Lei apresentados, bem como verificar o aspecto jurídico e de mérito sobre a denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas.

Sendo assim, passo a análise da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PROJETO DE LEI 600/2018 de autoria do Ilustríssimo Vereador Irlan Melo, que “Institui o Programa Cuidador de Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida ou de Doentes Crônicos no Âmbito da Estratégia de Saúde da Família no âmbito Municipal”.

O PL 600/2018, de autoria do (a) Ilmo. (a). Vereador (a), dispõe sobre a criação do Programa Cuidador de Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida ou de Doentes Crônicos no Âmbito da Estratégia de Saúde da Família no âmbito Municipal. Tem como justificativa que o “exercício da atividade do Cuidador é garantir que a atenção básica possa contribuir para melhora da qualidade de vida das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, ou doentes crônicos e ainda diminuir a incidência de complicações comuns nas situações descritas para evitar tratamentos mais complexos”.

FUNDAMENTAÇÃO

I. Da Constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei se configura por ferir direta ou indiretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou a Constituição do Estado de Minas Gerais.

É considerado constitucional aquele Projeto de Lei em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como estejam dentro dos limites materiais objetivos e subjetivos estabelecidos pela carta magna.

CHBH_DIRLEG-03/jul/18-14:19:15-002580-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Portanto, a análise do Projeto de Lei em comento, se inicia pelo controle de constitucionalidade em abstrato, que incide sobre a legislação em tese, com o objetivo de evitar a criação de normas inconstitucionais.

O legislador constitucional, determinou competências para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As matérias podem ser: de competência privativa da União; comum ou concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 30 da CRFB/88, determina que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Podemos entender “interesse local” como sendo aquele que diz respeito a esfera organizacional do município. Cabe ao legislador municipal elaborar leis que implementem a vontade do poder constituinte à realidade do munícipe.

O STF, em inúmeros julgados vêm construindo o conceito de “interesse local”:

O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI c/c 30, I e II da CRFB).

[RE 586.224, rel. min. Luiz Fux, j. 5-3-2015, P, DJE de 8-5-2015, com repercussão geral].

Portanto este Projeto de Lei está em concordância com o ordenamento constitucional brasileiro, pois seu caráter é eminentemente de interesse local, já que diz respeito a criação do Programa Cuidador de Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida ou de Doentes Crônicos no Âmbito da Estratégia de Saúde da Família no âmbito do município de Belo Horizonte, sendo assim, não fere os dispositivos relativos a competência para iniciativa de lei estipulados pela CRFB/88.

II. Da Legalidade ou Ilegalidade:

Ao adentrarmos na análise da legalidade ou ilegalidade de um Projeto de Lei, é necessário verificar se nele estão presentes os requisitos de uma norma jurídica, dotada de juridicidade, ou seja, se sua forma e conteúdo se encontram em harmonia com o ordenamento jurídico brasileiro, como um todo, leis, princípios, jurisprudência, inclusive os costumes, todos estes citados são considerados fontes do direito.

É considerado legal, o Projeto de Lei dotado de atributos que lhe concedem a legalidade, quais sejam a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A norma legal, para ser qualificada como tal, deve possuir determinadas características, elencadas pela doutrina, dentre as quais destacamos a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade. (OLIVEIRA, L. H. S. Análise de Juridicidade de Proposições Legislativas. Brasília)

Tendo em vista que não há no ordenamento jurídico pátrio norma que pugne pela ilegalidade do objeto e preceitos do PL em pauta, e que ele é dotado dos atributos de lei, quais sejam a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade, conclui-se pela sua legalidade.

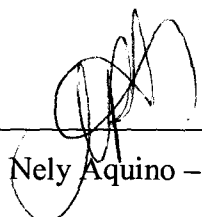
III. Da Regimentalidade:

O Projeto de Lei 600/2018 foi elaborado em concordância com os dispositivos do regimento interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seguindo os tramites lá previstos, desta feita, não há vícios de regimentalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendo pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE** do Projeto de Lei 600/2018.

Belo Horizonte, 04 de julho de 2018,



Nely Aquino – Vereadora PRTB



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PL Nº 1310 / 2014

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA Para Redação Final

Em 15/06/2018,


Seção de Apoio ao Plenário – SECPLÉ

Fica designado(a) relator(a) o(a) Vereador(a)
Deorgal Andrada para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 03 / 07 / 18


Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 1.310/14

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.310/14, que “Dispõe sobre a instalação de Câmeras de Videomonitoramento nas Academias ao Ar Livre do Município de Belo Horizonte”, de autoria do vereador Dr. Nilton, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 1.310/14.

CHEL DIRLEG-02/JUN/15:15:55:23-003015-1



PROJETO DE LEI Nº 1.310/14

Dispõe sobre a instalação de câmeras de videomonitoramento nas Academias ao Ar Livre do Município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - É obrigatória a instalação de câmeras de videomonitoramento em todas as Academias ao Ar Livre do Município.

Art. 2º - O Executivo incluirá recursos orçamentários, no exercício seguinte à sanção desta lei, para a efetividade da mesma.

Art. 3º - As despesas para instalação das câmeras de videomonitoramento serão feitas por dotações orçamentárias do Programa Cidade Segura.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte,


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PL Nº 118 / 2017

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA Para Redação Final

Em 15/06/2018,


Seção de Apoio ao Plenário – SECPLE

Fica designado(a) relator(a) o(a) Vereador(a)
DOORGAL ANDRADA para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 03 / 07 / 18


Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 118/17

Relatório

O Projeto de Lei nº 118/17, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo e dá outras providências”, de autoria do Vereador Juliano Lopes, foi aprovado pelo Plenário, na forma da Emenda nº 1- Substitutivo, e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre essas, cabe destacar, no art. 1º do projeto, o acréscimo da expressão “nas” com o fim de estabelecer a coerência do texto.

Essas alterações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 118/17.

CMH_DIRLEG-03/JUL/18-15:55:07-00014-1



PROJETO DE LEI Nº 118/17

Torna obrigatório a estabelecimentos públicos e privados inserir o símbolo mundial do autismo nas placas de atendimento prioritário e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Ficam os estabelecimentos públicos e privados no Município, tal como os transportes públicos, obrigados a inserir, em suas dependências, nas placas de atendimento prioritário, o símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, tendo este a preferência como os demais símbolos já inclusos.

Art. 2º - A não observância dos dispositivos anteriores sujeitará a sanções e multas a serem regulamentadas pelo Poder Executivo.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte,


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



DIRLEG	Fl. 70
--------	--------

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PL Nº 196 / 2017

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA Para Redação Final

Em 15/06/2018,


Seção de Apoio ao Plenário – SECPLÉ

Fica designado(a) relator(a) o(a) Vereador(a)
DOORGEAL ANPRADA para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 03 / 07 / 18


Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
	71

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 196/17

Relatório

O Projeto de Lei nº 196/17, que “Dispõe sobre a cassação do alvará de funcionamento de empresas e postos estabelecidos no município que revenderem combustíveis adulterados, utilizam dispositivos remotos que possibilitem a alteração indevida de volume de combustíveis adquiridos pelo consumidor, e dá outras providências”, de autoria do Vereador Irlan Melo, foi aprovado pelo Plenário com a Emenda nº 1 (Substitutivo) e a Subemenda nº 1 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Cabe ressaltar que foi dada nova redação ao art. 1º do projeto devido à aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 (substitutivo).

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 196/17.

CMH_DIRLEG-03/jul15-15:54:51-000013-1



PROJETO DE LEI Nº 196/17

Dispõe sobre a cassação do alvará de funcionamento de empresas e postos no Município que revenderem combustíveis adulterados e utilizarem dispositivos remotos que possibilitem a alteração indevida do volume de combustíveis adquiridos pelo consumidor.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art.1º - Sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente, será cassado o Alvará de Funcionamento das empresas e postos instalados no Município que comprovadamente reincidirem na revenda de combustíveis adulterados e/ou operarem bombas de abastecimento por meio de dispositivos remotos que possibilitem a alteração indevida do volume de combustíveis adquiridos pelo consumidor.

Art. 2º - Para efeitos dessa lei, considera-se:

I - adulteração de combustíveis: acréscimo doloso de produto não previsto na composição do combustível, tornando-o impróprio para o consumo, ou também substituição dolosa de algum dos elementos que o compõe por outro de menor valor, obtendo-se ilicitamente qualquer tipo de vantagem econômica;

II - fraude metrológica de bomba medidora de combustíveis: adulteração e fraude intencional do equipamento medidor por meio de dispositivo remoto e/ou placa de computador estranha à construção original da bomba, com o objetivo de entregar aos consumidores volume inferior ao indicado no equipamento medidor, obtendo-se vantagem econômica indevida.


§ 1º - A adulteração de combustíveis a que se refere o inciso I deste artigo será evidenciada em laudo pericial emitido pela Agência Nacional de Petróleo - ANP - ou por entidade por ela credenciada ou com ela conveniada para esse fim, devendo ser declarado, expressamente, no referido laudo, que se trata de caso de adulteração.

§ 2º - A fraude metrológica do equipamento medidor deverá ser constatada e confirmada pelo Inmetro ou por órgão por ele delegado.

§ 3º - Após o Executivo obter a informação sobre a constatação das infrações mencionadas no *caput* deste artigo, será instaurado processo administrativo, que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
	73

deverá ser concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, assegurando-se ampla defesa ao acusado, permanecendo o estabelecimento interditado cautelarmente nesse período.

§ 4º - Os responsáveis pelo estabelecimento que tiver o seu Alvará de Funcionamento cassado ficam proibidos, pelo período de 5 (cinco) anos, de obter novo alvará para o mesmo ramo de atividade.

Art. 3º - Após a cassação do Alvará de Funcionamento, serão encaminhadas cópias do processo administrativo e dos respectivos documentos que o compõem ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de verba orçamentária própria, suplementada, se necessário, pelas multas oriundas da fiscalização e das autuações desta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte,


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. Dirleg nº 2.215/18

Belo Horizonte, 21 de junho de 2018

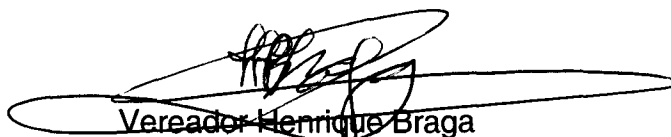
Senhor Vereador,

Considerando o Requerimento de Comissão nº 680/18, aprovado na 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, desta Câmara, em 20/6/18, informo a Vossa Excelência, para conhecimento, que se encontra disponível para consulta a resposta ao Requerimento de Comissão nº 559/18, que consolidou todas as questões das comissões sobre a execução orçamentária da Prefeitura de Belo Horizonte.

Para consultar a resposta do Requerimento de Comissão nº 559/18, acessar, na página inicial do portal da Câmara, "**Legislação e Proposições**" / "**Projetos e +**", selecionar a opção "**Requerimento de Comissão**", preencher 559 em **número**, 2018 em **ano** e clicar em "**Pesquisar**".

Segue anexo cópia do Requerimento de Comissão nº 680/18.

Atenciosamente,


Vereador Henrique Braga
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Vereador Doorgal Andrada
Presidente da Comissão de Legislação e Justiça
Câmara Municipal de Belo Horizonte
/rsf

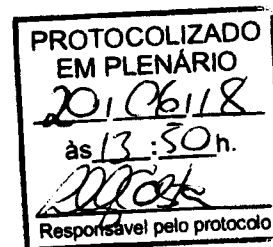
Recebido por: _____	NOME LEGÍVEL
MATRÍCULA OU IDENTIDADE: _____	
Órgão: _____	
Em ____/____/____	Hora: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão


680/2018

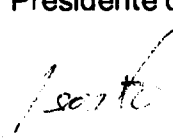
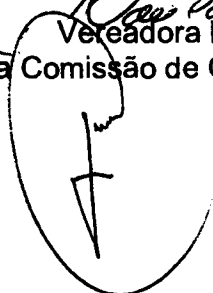
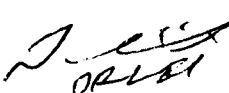


Senhora Presidente,

Requeiro a esta Comissão seja encaminhado, por meio da Mesa, ofício dirigido a cada uma das comissões temáticas da Câmara Municipal de Belo Horizonte encaminhando a resposta do Executivo ao Requerimento de Comissão nº 559/2018, que consolidou todas as questões das comissões sobre a execução orçamentária da Prefeitura de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 20 de junho de 2018.


Vereadora Marilda Portela
Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.

À Senhora

Vereadora Marilda Portela

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 680/2018


Solicitação relativa a:

- () Pedido de Informação a autoridade
() Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa
(X) Envio de Ofício
() Apresentação de Indicação de autoria da Comissão
() Apresentação de Moção de autoria da Comissão
() Outros tipos: _____

A Comissão de Orçamento e Finanças Públicas deliberou por:

- () adiar a apreciação do requerimento.
() rejeitar o requerimento.
(X) aprovar o requerimento.
() outros: _____

19ª Reunião Ordinária
Em 20/06/2018


Presidente da Reunião
Vereadora Marcela Portela

Avulsos distribuídos em:

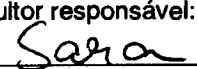
20/06/2018

SECAPC

Coordenador responsável:



Consultor responsável:



() Arquivado

() Ciência à Comissão sobre a resposta

Em ____/____/____

DIRLEG